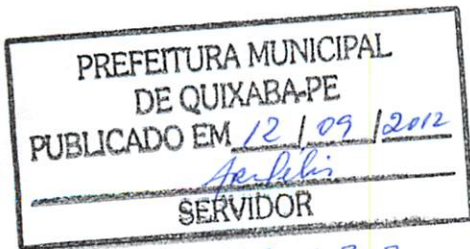


QUIXABA

ESTADO DE PERNAMBUCO  
CNPJ 35.445.527/0001-04  
Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro  
CEP – 56.828-000  
TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br

LEI Nº 259/2012



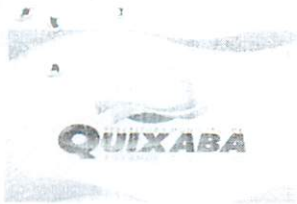
EMENTA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES E METAS ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2013, E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE QUIXABA do Estado de Pernambuco, Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao dispositivo no art.165, § 2º, da Constituição Federal, e na lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2013, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – orientações básicas para a elaboração da Lei Orçamentária Anual;
- III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V – equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI – critérios e formas de limitação de empenho;
- VII – normas relativas ao controle de cursos e a avaliação dos resultados dos programas financeiros com recursos dos orçamentos;
- VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**CNPJ 35.445.527/0001-04**  
**Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro**  
**CEP – 56.828-000**  
**TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br**

- XI – definição de critérios para o início de novos projetos;
- XII – definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XIII – incentivo à participação popular;
- XIV – as disposições gerais.

## SEÇÃO I

### DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal serão as definidas no Plano Plurianual relativo ao período 2010/2013.

§ 1º Os orçamentos serão elaborados em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

§ 2º O projeto de lei orçamentária para 2013, conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

§ 3º As Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2013, terão precedência na elaboração de recursos na lei orçamentária de 2013 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação de despesas.

## SEÇÃO II

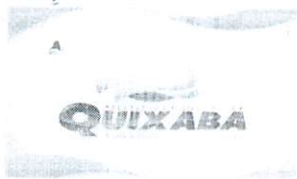
### DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

#### SUBSEÇÃO I

#### DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão indicadas por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, de acordo com as codificações da Portaria MOG nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2010-2013.





**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**CNPJ 35.445.527/0001-04**  
**Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro**  
**CEP – 56.828-000**  
**TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br**

Art. 4º O(s) orçamento(s) fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminará (ão) a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 5º O(s) orçamento(s) fiscal, da seguridade social e de investimentos compreenderá (ão) a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas dependentes, e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I – texto de lei;

II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;

III – quadros orçamentários consolidados;

IV – anexo(s) do(s) orçamento(s) fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V – demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

VI – anexo do orçamento de investimentos a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta Lei.

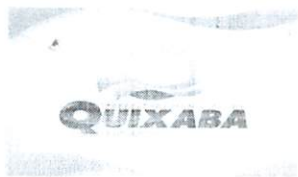
Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no *caput*, os seguintes demonstrativos:

I – Demonstrativo da receita corrente líquida de acordo com o art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000;

II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins no atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério;

IV – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**CNPJ 35.445.527/0001-04**  
**Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro**  
**CEP – 56.828-000**  
**TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br**

V – Demonstrativos dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, provenientes do SUS – Sistema Único de Saúde:

VI – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art.7º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2012, projetados ao exercício a que se refere.

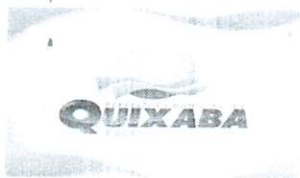
Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para o encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único. Os órgãos da Administração Indireta e o Poder Legislativo, se for o caso, encaminharão ao Setor de Planejamento (ou Órgão Central de Contabilidade) do Poder executivo, até 15 dias antes do prazo definido no *caput*, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 9º O Poder Legislativo e os órgãos da Administração Indireta encaminharão ao Setor de Planejamento (ou Órgão Central de Contabilidade) do Poder Executivo, até 15 de setembro de 2012, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.





**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**CNPJ 35.445.527/0001-04**  
**Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro**  
**CEP – 56.828-000**  
**TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br**

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e as despesas.

Art. 11. A lei orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórias judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.

§ 1º Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração Pública Municipal Direta e Indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórias à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º Os recursos alocados para os fins previstos no *caput* deste artigo não poderão ser cancelados para a abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

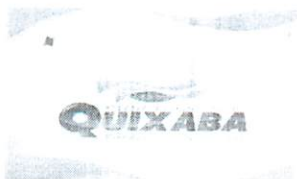
## SUBSEÇÃO II

### DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

Art. 12. O orçamento de investimentos, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será apresentado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

- I – gerados pela empresa;
- II – oriundos de transferências do Município;
- III – oriundos de operações de crédito internas e externas;
- IV – de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**CNPJ 35.445.527/0001-04**  
**Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro**  
**CEP – 56.828-000**  
**TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br**

### SUBSEÇÃO III

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA E AO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 13. A administração da dívida pública municipal interna e/ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º Deverão ser garantidos, na Lei Orçamentária, os recursos necessários para o pagamento da dívida.

§ 2º O município, por meio de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 14. Na Lei orçamentária para o exercício de 2013, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixados com base nas operações contratadas.

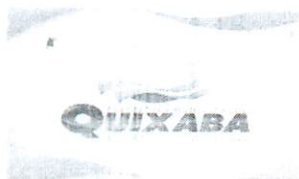
Art. 15. A Lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao entendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 16. A Lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 43/2001 do Senado federal.

### SUBSEÇÃO IV

#### DA DEFINIÇÃO DE MONTANTE E FORMA DE UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 17. A lei orçamentária poderá conter reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, e será equivalente a, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**CNPJ 35.445.527/0001-04**  
**Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro**  
**CEP – 56.828-000**  
**TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br**

líquida prevista na proposta orçamentária de 2013, destinada a atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e demais créditos adicionais.

SEÇÃO III  
DA POLÍTICA DE PESSOAL E DOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

SUBSEÇÃO I  
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE POLÍTICA DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 18. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficaram autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Além de observar as normas do *caput*, no exercício financeiro de 2013, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

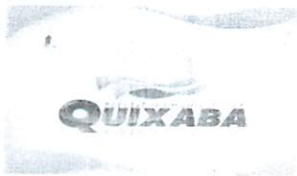
§ 2º Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

SUBSEÇÃO II  
DA PREVISÃO PARA CONTRATAÇÃO EXCEPCIONAL DE HORAS EXTRAS

Art. 19. Se durante o exercício de 2013 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas *caput* deste artigo no âmbito do Poder Executivo, é de exclusiva competência do





Prefeito Municipal e, no âmbito do Poder Legislativo, é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

#### SEÇÃO IV

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 20. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2013, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV - aplicação nas penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 21. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observada a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:

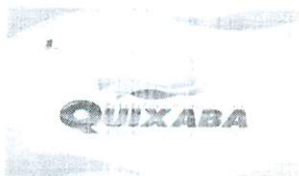
I – atualização da planta genérica de valores do município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto sobre serviços de qualquer natureza;





**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**CNPJ 35.445.527/0001-04**  
**Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro**  
**CEP – 56.828-000**  
**TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br**

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X – a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência das alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 22. O projeto de lei que concede ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas das alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

#### SEÇÃO V

#### DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art. 24. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira na administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 25. Os projetos de lei que impliquem diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2013 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2013 a 2014, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 26. As estratégias para a busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta seguintes medidas:

I – para a elevação das receitas:

- a) a implementação das medidas previstas nos artigos 20 e 21 desta Lei;
- b) atualização e informatização do cadastro imobiliário;
- c) chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para a redução das despesas:

- a) implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
- b) revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

## SEÇÃO VI

### DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

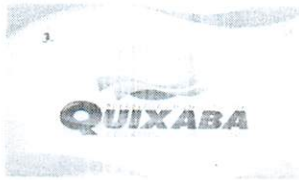
Art. 27. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2013, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º Excluem-se do *caput* deste artigo as despesas que constituem obrigação constitucional e legal e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no *caput* deste artigo.







**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**CNPJ 35.445.527/0001-04**  
**Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro**  
**CEP – 56.828-000**  
**TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br**

§ 3º Os Poderes Executivo e legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º Se verificando, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

## SEÇÃO VII

### DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS

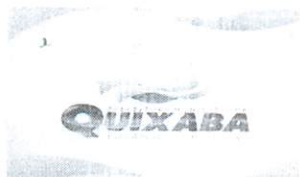
Art. 28. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 29. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas do governo.

§ 1º A Lei Orçamentária de 2013 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem pra a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado “Apoio Administrativo”.

§ 2º Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo o aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**CNPJ 35.445.527/0001-04**  
**Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro**  
**CEP – 56.828-000**  
**TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br**

SEÇÃO VIII  
DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES  
PÚBLICAS E PRIVADAS

Art. 30. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizações mediante lei específica que sejam destinadas:

I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II – às entidades sem fins lucrativos que realizam atividades de natureza continuada;

III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2013 por, no mínimo, uma autoridade legal, e comprovante de regularidade do mandado de sua diretoria.

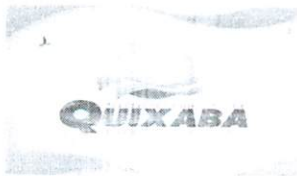
Art. 31. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de produção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 32. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.





ESTADO DE PERNAMBUCO  
CNPJ 35.445.527/0001-04  
Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro  
CEP – 56.828-000  
TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br

Art. 33. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 34. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 35. As transferências de recursos às entidades previstas nos artigos 30 e 33 desta seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993.

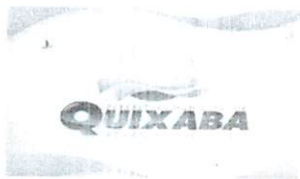
§ 1º Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo o Município.

§ 2º É vedada à celebração de convênio com a entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º Executam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o *caput* deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberam recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 36. É vedada a destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**CNPJ 35.445.527/0001-04**  
**Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro**  
**CEP – 56.828-000**  
**TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br**

Art. 37. A transferência de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na Lei Orçamentária atual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento de transferência de recursos financeiros de um órgão para outro somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI, da Constituição Federal.

#### SEÇÃO IX

#### DA AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR NO CUSTEIO DE DESPESAS DE COMPETÊNCIA DE OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO

Art. 38. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvas as autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização de despesa definida no *caput* deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio.

Art. 39 – Fica o Poder Executivo, também, autorizado a firmar convênio de cooperação técnica e financeira com outros Entes da Federação, inclusive a aderir e participar de Consórcio Intermunicipal que objetive o desenvolvimento e atendimento da população, devendo constar na LOA dotação orçamentária específica.

#### SEÇÃO X





**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**CNPJ 35.445.527/0001-04**  
**Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro**  
**CEP – 56.828-000**  
**TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br**

DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO  
CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO

Art. 40. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2013, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Para atender ao *caput* deste artigo, os órgãos da administração indireta do Poder Executivo e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2013, os seguintes demonstrativos:

I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

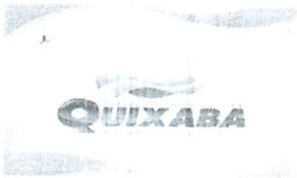
II – a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

III – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município ou equivalente até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2013.

§ 3º A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso que trata o *caput* deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento de meta de resultado primário estabelecidos nesta Lei.

SEÇÃO XI  
DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**CNPJ 35.445.527/0001-04**  
**Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro**  
**CEP – 56.828-000**  
**TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br**

Art. 41. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária de 2013 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

- I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;
- II – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
- III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo Único. Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2013, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2012.

## SEÇÃO XII

### DA DEFINIÇÃO DAS DESPESAS CONSIDERADAS IRRELEVANTES

Art. 42. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

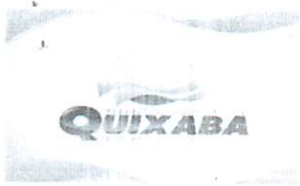
## SEÇÃO XIII

### DO INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 43. O projeto de Lei Orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2013, deverá assegurar a transferência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo Único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da Publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos municípios às informações relativas ao orçamento.





**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**CNPJ 35.445.527/0001-04**  
**Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro**  
**CEP – 56.828-000**  
**TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br**

Art. 44. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I – elaboração da proposta orçamentária de 2013, mediante regular processo de consulta;

II – avaliação de metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

#### SEÇÃO XIV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45. As categorias de programação, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, por meio de Decreto do Poder Executivo.

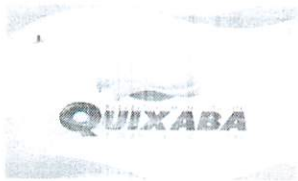
Parágrafo único. As modificações a que se refere este artigo poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizadas na lei orçamentária, as quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 46. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da exigência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Constituição Federal.

§ 1º A Lei Orçamentária conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos e créditos adicionais exposições de motivos circunstanciais que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 47. A reabertura de créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivado mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**CNPJ 35.445.527/0001-04**  
**Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro**  
**CEP – 56.828-000**  
**TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br**

Art. 48. Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

- I – Anexo de Metas Fiscais;
- II – Anexo de Riscos Fiscais.

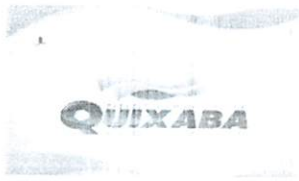
Art. 49. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 50. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixaba, em 10 de setembro de 2012.

  
JOSÉ PEREIRA NUNES  
PREFEITO CONSTITUCIONAL





ESTADO DE PERNAMBUCO  
CNPJ 35.445.527/0001-04  
Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro  
CEP – 56.828-000  
TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br

# ANEXOS DE METAS E RISCOS FISCAIS

## Sumário

01 – “Demonstrativo de Metas Anuais segundo parágrafo 1º, do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes”.

02 – Demonstrativo da Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior ao de Referência segundo parágrafo 2º, do Art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, tendo como finalidade estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior ao que se refere à LDO, incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos.

03 – Demonstrativo de Metas fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores segundo parágrafo 2º, do Art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, deve ainda compor o Anexo de Metas fiscais, Metas Anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**CNPJ 35.445.527/0001-04**  
**Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro**  
**CEP – 56.828-000**  
**TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br**

resultados comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consciência delas com as premissas e os objetos da Política Econômica.

04 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido segundo parágrafo 1º, do Art. 4º, da lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, trazendo em conjunto uma análise dos valores apresentados, esclarecendo os motivos das variações PL do ente da Federação como, por exemplo, fatos que venham a causar desequilíbrio entre as variações ativas e passivas e outros que contribuam para o aumento ou diminuição líquida patrimonial.

05 – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Resumos Obtidos com a Alienação de Ativos segundo parágrafo 2º, o Art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, como uma continuidade de demonstração da evolução do patrimônio líquido, devem ser destacadas as origens e aplicações de recursos obtidos com a alienação de ativos.

06 – Demonstrativo da Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, visando atender o estabelecido pelo Art. 4º, parágrafo 2º, inciso IV, alínea a, da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais contenha a avaliação da situação financeira atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos.

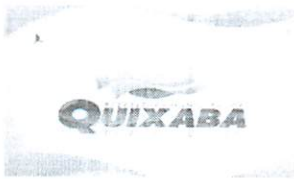
07 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita que visa atender ao Art. 4º, parágrafo 2º, inciso V, da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, e será acompanhado de análise dos critérios estabelecidos para as renúncias de receitas e suas respectivas compensações, a fim de dar maior consistência aos valores.

08 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado foi instituído pela LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal no Art. 17º, conceituando-a com Despesa Corrente derivada da Lei.

09 – Comentário dos Anexos de Metas Fiscais.

10 – Comentário dos Anexos de Riscos Fiscais.





ESTADO DE PERNAMBUCO  
CNPJ 35.445.527/0001-04  
Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro  
CEP – 56.828-000  
TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br

## ANEXO DE METAS FISCAIS

O Presente Documento, elaborado para dar cumprimento ao disposto no inciso 1º do Art. 4º da Lei Complementar nº. 101, de 4/05/2000, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo o seu conteúdo destinado a orientar a elaboração do Orçamento do exercício.

Tem por objetivo estabelecer as prioridades da Administração as metas fiscais em valor correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, resultado nominal, este entendido como a diferença entre a receita total arrecadada e a despesa total realizada, e ao montante da dívida do Município.

### I – PRIORIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

As metas fiscais para o exercício, que servirão de base para a elaboração do Orçamento, deverão traduzir as seguintes prioridades:

1. – ampliação da receita tributária, mediante a atualização do cadastro imobiliário;
2. – adequação das despesas correntes à arrecadação;
3. – redução do déficit financeiro.

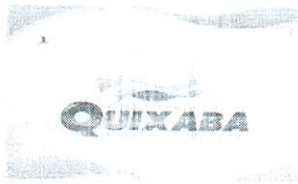
### II – METAS FISCAIS

As metas fiscais para o exercício estão distribuídas na forma a seguir especificada e os respectivos valores da aplicação dos critérios e das premissas mencionadas neste documento.

O documento que contém a memória e metodologia de cálculo utilizado para a definição dos resultados pretendidos deverá ficar devidamente arquivado na Prefeitura Municipal.

### 1 – AS METAS RELATIVAS ÀS RECEITAS

Às metas relativas à receita estão consolidadas no nível do Município e demonstradas em anexos, destina-se a demonstrar as principais variações entre a receita programada e a projetada.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**CNPJ 35.445.527/0001-04**  
**Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro**  
**CEP – 56.828-000**  
**TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br**

## 1.1 – CRITÉRIOS E PREMISSAS UTILIZADAS

Para a definição do valor da receita projetada, foram utilizados os seguintes critérios e premissas, sendo a metodologia e os cálculos demonstrados em memória à parte:

- crescimento vegetativo, levando em consideração a evolução da receita dos 3 (três) últimos exercícios, não incluídos os efeitos inflacionários;
- incremento na arrecadação tributária, tendo em vista as ações relacionadas com a revisão da planta tributária e incremento da fiscalização;
- incremento na arrecadação, tendo em vista as ações realizadas no exercício anterior, a serem desenvolvidas no exercício em referência, relacionadas com a cobrança da Dívida Ativa;
- projeção dos efeitos inflacionários estimados, com base na variação do índice de preços.

Da estimativa da receita total, calculada conforme critérios acima definidos deverão ser deduzidos o valor especificado em Anexo, destinado à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, conforme definida no inciso 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº. 101/2000. Este anexo apresenta uma estimativa dos valores máximos de renúncia, por tributo.

No caso de os valores especificados no referido anexo não serem contemplados no Orçamento, mediante redução de previsão da receita orçamentária total, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita somente poderá ocorrer, desde que sejam previamente definidas as medidas de compensação para o mesmo período. Neste caso, deve ser demonstrado o valor do aumento de receita que se pretende atingir por tributo e se este decorrerá de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de novo tributo ou contribuição ou outra medida na área tributária.

Dentre as medidas de compensação poderão ser adotadas as seguintes:

- atualização do cadastro imobiliário e fiscal do Município, objetivando ampliar a base para lançamento de impostos;
- revisão dos critérios para cobrança de taxas municipais, adequando-as ao custo real dos serviços que constituem os respectivos fatos geradores;
- implantação da utilização da Contribuição de Melhorias como instrumento financiador de obras municipais, especialmente no que se refere à pavimentação de ruas.





**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**CNPJ 35.445.527/0001-04**  
**Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro**  
**CEP – 56.828-000**  
**TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br**

A concessão ou ampliação do incentivo ou benefício tributário somente entrará em vigor quando implementadas as medidas acima definidas.

## 2 – METAS RELATIVAS ÀS DESPESAS

As metas relativas às despesas demonstradas nos anexos, destinam-se a demonstrar as principais variações entre a despesa programada para o corrente exercício e a projetada.

Metas fiscais, em nível de atividades e projetos, por função de governo e respectivos programas, cujo somatório dos valores atribuídos às mesmas traduzir-se-á na meta fiscal de despesas.

### 2.1 – CRITÉRIOS E PREMISSAS UTILIZADAS

O valor total anual projetado para as despesas deverá ficar limitado sobre a receita total anual projetada podendo oscilar ao longo do exercício. A variação percentual refere-se à margem para a geração de superávit primário, destinado à liquidação de dívida.

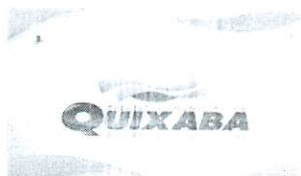
No valor projetado para a despesa total, está incluída uma margem para despesas consideradas como obrigatórias de caráter continuado, nos termos do Art. 17, da Lei Complementar nº. 101, de 4/05/2000.

## 3 – METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Constam em anexo, respectivamente, os valores estabelecidos como metas de resultados primários e nominais a serem obtidos ao final do exercício.

## 4 – METAS RELATIVAS AO MONTANTE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

As metas relativas ao montante da dívida do Município ao final do exercício estão especificadas nos Anexos.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
CNPJ 35.445.527/0001-04  
Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro  
CEP – 56.828-000  
TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br

JOSÉ PEREIRA NUNES  
PREFEITO MUNICIPAL

#### ANEXO DE RISCOS FISCAIS

O Presente documento, elaborado para dar cumprimento ao disposto no Inciso 3º do Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000, DE 4/05/2000, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias, devendo seu conteúdo ser levado em consideração quando da elaboração do Orçamento do exercício e informar as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Tem por objetivo evidenciar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas no exercício e informar as providências a serem tomadas, casos se concretizem.

#### I – PASSIVOS CONTINGENTES

De acordo com os registros da Procuradoria Jurídica do Município, as ações em tramitação podem vir a se traduzir em desembolso financeiro, por parte do Município, no decorrer do exercício, será consignada dotação específica na Lei Orçamentária Anual, a saber:

- possíveis ações relacionadas à responsabilidade do Município, a serem movidas a partir desta data e que venham a motivar pagamentos no exercício, inclusive na natureza tributária e trabalhista;
- passivos ainda não contabilizados, relativos a valores que, no exercício seguinte, podem vir a ser reconhecidos como dívida, como, por exemplo, o reconhecimento de dívida de natureza previdenciária;
- depósitos judiciais relativos a ações a serem impetradas pelo Município.

PASSIVOS CONTINGENTES	FONTES DE FINANCIAMENTO
1. Arrestos judiciais	1. Reserva de Contingência
2. Aumento Salário Mínimo	2. Limitação de Empenhos
3. Precatórias	3. Redução de cargos Comissionados
4. Estiagem (aumento das demandas sociais)	4. Redução de Jornada de Trabalho

## II – OUTROS RISCOS

Com base na experiência verificada nos 3 (três) exercícios anteriores, a Administração entende que as situações abaixo especificadas podem vir a se traduzir em desembolso financeiro por parte do Município.

## III – PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS

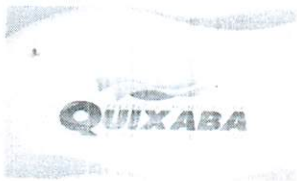
Para cada contingência ou situação de risco, caberá à Administração, através da Procuradoria Jurídica, esgotar todas as instâncias judiciais e todas as possibilidades de acordo com o credor.

À Procuradoria Jurídica caberá manter controle sobre o andamento dos processos e comunicar à Área Financeira, com elevada brevidade, sobre os valores a serem liberados para liquidação de ações judiciais, para que sejam considerados na programação de desembolso, com utilização da Reserva de Contingência.

Não havendo suficiente dotação orçamentária para cobrir os empenhamentos decorrentes de despesas não previstas em função de riscos apontados no item anterior e não havendo saldo de Reserva de Contingência, deverão ser reduzidas, até que se atinja o valor necessário, as dotações orçamentárias relativas às despesas correntes das diversas secretarias do município, exceto, as relacionadas com Educação e Saúde.







ESTADO DE PERNAMBUCO  
CNPJ 35.445.527/0001-04  
Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro  
CEP – 56.828-000  
TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br

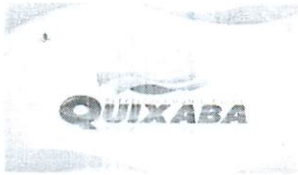
JOSÉ PEREIRA NUNES  
PREFEITO MUNICIPAL

MENSAGEM Nº     /2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Excelentíssimos Senhores Vereadores,  
Excelentíssima Senhora Vereadora:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossas Excelências, para encaminhar o Projeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, conforme o disposto no inciso II, combinado com o parágrafo 2º do art. 165 da CF, com o art. 166 da CE e o art. 4º da LRF, a LDO, compreendendo:

- I. as prioridades e metas da Administração pública Municipal;
- II. a estrutura dos orçamentos;
- III. alterações na Legislação Tributária;
- IV. equilíbrio entre receitas e despesas;
- V. critérios e formas de limitação de empenhos, nas hipóteses de frustração do cumprimento das metas de resultado fiscal (art. 9º, LRF)
- VI. normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos programas financiados com recursos do Orçamento;
- VII. constituição e utilização de reserva de contingência com base na Receita Corrente Líquida (RCL);
- VIII. avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício financeiro anterior ao de vigência da própria LDO;



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**CNPJ 35.445.527/0001-04**  
**Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro**  
**CEP – 56.828-000**  
**TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br**

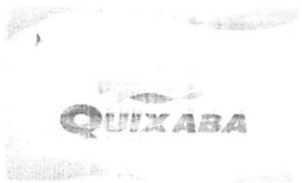
- IX. condições e exigências para transferência de recursos para entidades públicas e privadas;
- X. regras para eventual destinação de recursos à cobertura direta ou indireta de necessidade de pessoas físicas ou “déficit” de pessoas jurídicas (art. 26º, LRF);
- XI. às disposições gerais.

É importante frisar que o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias que estou enviando está em consonância com as normas estabelecidas na Lei Complementar 101 de 2000 e está acompanhado dos Anexos de Metas e Riscos Fiscais.

Certo de contar com o entendimento e apoio de Vossas Excelências reitero expressões de elevada estima e distinta consideração.

Gabinete do Prefeito, em 10 de setembro de 2012.

JOSÉ PEREIRA NUNES  
PREFEITO CONSTITUCIONAL



ESTADO DE PERNAMBUCO  
CNPJ 35.445.527/0001-04  
Praça Antônio Pereira de Carvalho, nº 20 – Centro  
CEP – 56.828-000  
TELE/FAX (87) 3854-8261 – EMAIL – pmquixaba@ig.com.br

# LDO - 2013

*JOSÉ PEREIRA NUNES*

*PREFEITO*

*ASCOP – Assessoria & Consultoria Ltda*



**I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas da Prefeitura de Quixaba - PE**

As metas anuais de Receitas da Prefeitura de Quixaba - PE, foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

ESPECIFICACOES	PREVISAO		
	2013	2014	2015
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>18.693.648,00</b>	<b>21.288.716,00</b>	<b>22.645.967,00</b>
<b>RECEITAS TRIBUTARIAS</b>	<b>490.573,00</b>	<b>520.002,00</b>	<b>551.198,00</b>
<b>IMPOSTOS</b>	<b>367.428,00</b>	<b>389.471,00</b>	<b>412.837,00</b>
Impostos s/prop.Predial e Territorial Urbano	39.425,00	41.790,00	44.287,00
Retido nas Fontes	127.865,00	135.536,00	143.668,00
Impostos s/Transmissão de Bens Imóveis	25.172,00	26.882,00	28.282,00
Impostos s/Serv.de Qualquer Natureza	174.966,00	185.463,00	196.590,00
<b>Taxas Diversas</b>	<b>123.145,00</b>	<b>130.531,00</b>	<b>138.361,00</b>
<b>Contribuicoes de Melhorias</b>			
<b>RECEITAS DE CONTRIBUICOES</b>	<b>576.713,00</b>	<b>589.208,00</b>	<b>609.054,00</b>
<b>RECEITAS PATRIMONIAIS</b>	<b>231.559,00</b>	<b>295.752,00</b>	<b>329.589,00</b>
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	210.821,00	273.770,00	306.289,00
Outras Receitas Patrimoniais	20.738,00	21.982,00	23.300,00
<b>RECEITAS DE SERVICOS</b>	<b>53.981,00</b>	<b>14.823,00</b>	<b>15.712,00</b>
Serviços Hospitalares	39.997,00		
Outros Serviços	13.984,00	14.823,00	15.712,00
<b>TRANSFERENCIAS CORRENTES</b>	<b>17.183.892,00</b>	<b>19.717.732,00</b>	<b>20.980.145,00</b>
<b>TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS</b>	<b>17.099.076,00</b>	<b>19.225.268,00</b>	<b>20.444.847,00</b>
<b>Transferencias da Uniao</b>	<b>10.065.812,00</b>	<b>11.344.380,00</b>	<b>12.117.115,00</b>
Cota-Parte do Fundo de Participação do Municipio	7.202.344,00	7.634.484,00	8.092.553,00
Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	6.991,00	7.410,00	7.854,00
Outras Transf.da Uniao	221.523,00	234.814,00	248.902,00
ICMS-Export. Lei 87/96	29.367,00	31.129,00	32.996,00
Demais Transferencias			
FEP - Petrobras	92.683,00	98.243,00	104.137,00
Transf.de Recursos do SUS - Fundo a Fundo	1.284.864,00	1.617.002,00	1.818.629,00
Transferencias do FNAS	598.789,00	741.245,00	770.000,00
Transferencias do FNDE	629.251,00	980.053,00	1.042.044,00
<b>Transf.do Estado</b>	<b>2.909.985,00</b>	<b>3.084.584,00</b>	<b>3.269.658,00</b>
Cota-Parte do ICMS	2.600.000,00	2.756.000,00	2.921.360,00
Cota-Parte do Imp.s/Prop.de Veiculos Automores-IPVA	88.000,00	93.280,00	98.876,00
IPI - Exportacao	20.000,00	21.200,00	22.472,00
CIDE	78.917,00	83.652,00	88.671,00
Outras Transferências dos Estados	123.068,00	130.452,00	138.279,00
<b>Transf. Multigovernamentais</b>	<b>4.123.279,00</b>	<b>4.796.304,00</b>	<b>5.058.074,00</b>
Transf.de Recursos do FUNDEB	3.700.672,00	3.922.712,00	4.158.074,00
Transf.de Recursos da Complementação do FUNDEF	422.607,00	873.592,00	900.000,00
<b>TRANSFERENCIAS DE CONVÉNIOS</b>	<b>84.816,00</b>	<b>492.464,00</b>	<b>535.298,00</b>
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>156.930,00</b>	<b>151.199,00</b>	<b>160.269,00</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.331.743,00</b>	<b>5.790.954,00</b>	<b>6.537.069,00</b>
<b>ALIENACAO DE BENS</b>	<b>27.969,00</b>	<b>29.647,00</b>	<b>31.425,00</b>
ALIENACAO DE BENS MOVEIS	27.969,00	29.647,00	31.425,00
<b>TRANSFERENCIAS DE CAPITAL</b>	<b>1.303.774,00</b>	<b>5.761.307,00</b>	<b>6.505.644,00</b>
Transf.de Convenios da Uniao	1.092.645,00	5.686.473,00	6.426.278,00
Transf.de Convenios do Estado	141.205,00	715,00	800,00
Outras Receitas de Capital	69.924,00	74.119,00	78.566,00
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>304.915,00</b>	<b>946.694,00</b>	<b>1.020.000,00</b>
<b>Total da Receita</b>	<b>20.330.306,00</b>	<b>28.026.364,00</b>	<b>30.203.036,00</b>
<b>Deduções</b>	<b>1.989.339,00</b>	<b>2.108.698,00</b>	<b>2.235.217,00</b>
20% da Cota-Parte do FPM	1.440.468,00	1.526.896,00	1.618.509,00
20% de Receita ITR	1.398,00	1.481,00	1.569,00
20% de Receita ICMS - LC 87/96	5.873,00	6.225,00	6.598,00
20% da Cota-Parte do ICMS	520.000,00	551.200,00	584.272,00
20% da Cota-Parte do IPVA	17.600,00	18.656,00	19.775,00
20% da IPI- EXPORTAÇÃO	4.000,00	4.240,00	4.494,00
<b>TOTAL</b>	<b>18.340.967,00</b>	<b>25.917.666,00</b>	<b>27.967.819,00</b>

### I.a Metodologia de Memoria de Calculo das Principais Fontes de Receitas

#### Receita Tributária

Metas Anuais	Valor Nominal	Variacao %
2010	287.679,00	-
2011	337.693,00	17,39
2012	366.105,00	8,41
2013	451.369,00	23,29
2014	442.949,00	(1,87)
2015	478.384,00	8,00

#### Notas:

a) O aumento gradual e constante previsto para a receita tributaria provem da expectativa de continuidade na politica de intesificacao da fiscalizacao municipal, iniciada no exercicio de 2005.

b) As projecoes foram realizadas considerando o cenario macroeconomico apresentado em nota do Demos-  
tratativo I.

#### Cota-Parte do FPM

Metas Anuais	Valor Nominal	Variacao %
2010	5.150.000,00	-
2011	5.562.000,00	8,00
2012	6.165.130,00	10,84
2013	6.547.586,00	6,20
2014	7.459.191,00	13,92
2015	8.055.927,00	8,00

Nota: A evolucao desta receita nos dois ultimos anos tem apresentado uma performace bastante positiva, si-  
tuando-se sempre acima dos indices de inflacao e crescimento da economica.

#### Transferencias de Recursos do Sus

Metas Anuais	Valor Nominal	Variacao %
2010	587.592,00	-
2011	683.592,00	16,34
2012	947.156,00	38,56
2013	1.089.684,00	15,05
2014	1.209.549,00	11,00
2015	1.237.461,00	2,31

Notas: O Crescimento das trasferencias de recursos do SUS decorre da ampliacao dos programas dos servi-  
basico implanatados pelo Governo Federal na área de saúde.

#### Transf de Recursos do Fundeb

Metas Anuais	Valor Nominal	Variacao %
2010	2.287.392,00	-
2011	2.470.392,00	8,00
2012	2.938.247,00	18,94
2013	3.894.079,00	32,53
2014	4.008.773,00	2,95
2015	4.329.475,00	8,00

Nota: O Crescimento das receitas do Fundef/Fundeb se deve ao incentivo proporcionado pelo governo municipal

nas matrículas das crianças deste município, em idade escolar.

**Transf.de Recursos do FNDE**

Metas Anuais	Valor Nominal	Variacao %
2010	309.880,00	-
2011	384.526,00	24,09
2012	415.284,00	8,00
2013	562.652,00	35,49
2014	502.452,00	(10,70)
2015	542.648,00	8,00

Nota: As transferencias efetuadas pelo FNDE, vem crescendo neste municipio, devido a correta elaboracao do senso escolar efetuado pela Secretaria de educacao deste municipio.

**Transf.de Recursos do FNAS**

Metas Anuais	Valor Nominal	Variacao %
2010	261.000,00	-
2011	301.880,00	15,66
2012	417.236,00	38,21
2013	471.493,00	13,00
2014	504.813,00	7,07
2015	545.198,00	8,00

Nota: Esta receita vem aumentando a cada exercicio gracias a implementacao de Programas na area de assistencia social atraves do Governo Federal.

**Transf.de Recursos do ICMS**

Metas Anuais	Valor Nominal	Variacao %
2010	500.000,00	-
2011	540.000,00	8,00
2012	1.943.814,00	259,97
2013	2.500.000,00	28,61
2014	2.330.244,00	(6,79)
2015	2.516.663,00	8,00

Nota: O incremento por parte do Governo Estadual na Fiscalizacao do ICMS, fez com que esta receita crescesse nos ultimos anos.

**Receitas de Capital**

Metas Anuais	Valor Nominal	Variacao %
2010	610.403,00	-
2011	700.482,00	14,76
2012	756.515,00	8,00
2013	2.148.817,00	184,04
2014	915.307,00	(57,40)
2015	988.532,00	8,00

Nota: Por se tratar de um municipio de pequeno Porte faz-se necessário que firme convenio os Governos Federal e Estadual para que se possa investir, sendo que estes recursos chegam as municipalidades atraves das receitas de capital conforme desbobradas e nossos orçamentos.



**II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas deste município.**

As metas anuais de despesas deste município foram calculadas a partir das Despesas Orcamentarias. Seguem abaixo, memória e metodologia de cálculo:

CATEGORIA ECONOMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	PREVISÃO		
	2013	2014	2015
<b>DESPESAS CORRENTES (I)</b>	<b>12.979.269,00</b>	<b>13.425.193,00</b>	<b>14.499.027,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	8.634.613,00	8.942.608,00	9.657.836,00
Juros e Encargos da Dívida	1.629,00	704,00	760,00
Outras Despesas Correntes	4.343.027,00	4.481.881,00	4.840.431,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>4.471.985,00</b>	<b>3.539.016,00</b>	<b>3.753.465,00</b>
Investimentos	3.917.218,00	3.089.725,00	3.268.231,00
Inversoes Financeiras	22.884,00	25.401,00	27.433,00
Amortização Financeira	531.883,00	423.890,00	457.801,00
<b>RESERVA DE CONTINGENCIA (III)</b>	<b>419.419,00</b>	<b>441.991,00</b>	<b>477.350,00</b>
<b>TOTAL (IV)=(I+II+III)</b>	<b>17.870.673,00</b>	<b>17.406.200,00</b>	<b>18.729.842,00</b>

**II.a - Metodologia e Memória de cálculo das Principais Despesas deste Município.**

**Pessoal e Encargos Sociais**

<b>Metas Anuais</b>	<b>Valor Nominal</b>	<b>Variacao %</b>
2010	5.136.583,00	-
2011	5.127.834,00	(0,17)
2012	7.391.196,00	44,14
2013	8.634.613,00	16,82
2014	8.942.608,00	3,57
2015	9.657.836,00	8,00

Nota: o aumento do volume de despesas identificado no Grupo de Natureza de Despesa de Pessoal e Encargos Sociais a partir do ano de 2007, se deve a fatos como correcao do salario mínimo e reajuste salarial dos servidores da ativa

**Reserva de Contingencia**

<b>Metas Anuais</b>	<b>Valor Nominal</b>	<b>Variacao %</b>
2010	170.000,00	-
2011	233.600,00	37,41
2012	365.316,00	56,39
2013	419.419,00	14,81
2014	441.991,00	5,38
2015	477.350,00	8,00

Nota: Os valores fixados para a Reserva de Contingencia tiveram sua avaliação baseada na possibilidade de elevação dos resultados dos julgamentos de processos judiciais serem contrários à Fazenda do município principalmente a partir do exercício de 2006, além de outros eventos fiscais imprevistos, em percentuais da RCL, conforme prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Meta Fiscal - Resultado Primário**

ESPECIFICAÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>10.353.348,00</b>	<b>11.560.244,00</b>	<b>14.960.323,00</b>	<b>17.372.647,00</b>	<b>18.165.211,00</b>	<b>19.549.573,00</b>
Receita Tributária	287.679,00	337.693,00	366.105,00	451.369,00	442.949,00	478.384,00
Receita de Contribuições		409.721,00	442.497,00	750.000,00	535.376,00	578.206,00
Receita Patrimonial	163.600,00	171.629,00	189.495,00	221.009,00	229.270,00	247.611,00
Aplicações Financeira (II)	163.600,00	157.156,00	171.866,00	201.974,00	207.940,00	224.575,00
Outras Receitas Patrimoniais		14.472,00	17.629,00	19.035,00	21.330,00	23.036,00
Receitas de Serviços	38.600,00	41.688,00	45.023,00	59.074,00	54.472,00	58.830,00
Outras Receitas Correntes	123.489,00	110.160,00	130.890,00	148.175,00	158.383,00	171.032,00
Transferências Correntes	9.576.380,00	10.489.354,00	13.806.313,00	15.745.020,00	16.744.781,00	18.015.510,00
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III)=(I-II)</b>	<b>10.189.748,00</b>	<b>11.388.818,00</b>	<b>14.808.457,00</b>	<b>17.170.673,00</b>	<b>17.957.271,00</b>	<b>19.324.998,00</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IV)</b>	<b>610.403,00</b>	<b>754.482,00</b>	<b>756.515,00</b>	<b>2.148.817,00</b>	<b>915.307,00</b>	<b>988.532,00</b>
Operações de Crédito (V)						
Amortização de Empréstimos (VI)						
Alienação de Ativos (VII)	20.000,00	21.600,00	23.328,00	25.427,00	28.224,00	30.482,00
Transferências do Capital	590.403,00	678.892,00	674.867,00	2.059.822,00	816.522,00	881.844,00
Outras Receitas do Capital		54.000,00	58.320,00	63.568,00	70.581,00	76.206,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII)=(IV-V-VI-VII)	590.403,00	732.892,00	733.187,00	2.123.390,00	887.083,00	958.050,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)</b>	<b>10.780.151,00</b>	<b>12.121.498,00</b>	<b>15.541.644,00</b>	<b>19.294.063,00</b>	<b>18.844.354,00</b>	<b>20.283.048,00</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>	<b>8.273.578,00</b>	<b>8.517.637,00</b>	<b>11.111.485,00</b>	<b>12.979.269,00</b>	<b>13.425.193,00</b>	<b>14.499.027,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.136.583,00	5.127.834,00	7.391.196,00	8.634.613,00	8.942.608,00	9.657.836,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)			583,00	1.629,00	704,00	760,00
Outras Despesas Correntes	3.136.995,00	3.389.803,00	3.719.706,00	4.343.027,00	4.481.881,00	4.840.431,00
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI)</b>	<b>8.273.578,00</b>	<b>8.517.637,00</b>	<b>11.110.902,00</b>	<b>12.977.640,00</b>	<b>13.424.489,00</b>	<b>14.498.267,00</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XIII)</b>	<b>1.361.554,00</b>	<b>1.836.192,00</b>	<b>2.872.497,00</b>	<b>4.471.985,00</b>	<b>3.475.431,00</b>	<b>3.753.465,00</b>
Investimentos	1.148.554,00	1.492.352,00	2.501.150,00	3.917.218,00	3.026.140,00	3.268.231,00
Inversões Financeiras	18.000,00	19.440,00	20.995,00	22.884,00	25.401,00	27.433,00
Amortizações da Dívida (XIV)	195.000,00	324.400,00	350.352,00	531.883,00	423.890,00	457.801,00
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV)=(XIII-XIV)</b>	<b>1.166.554,00</b>	<b>1.511.792,00</b>	<b>2.522.145,00</b>	<b>3.940.102,00</b>	<b>3.051.541,00</b>	<b>3.295.664,00</b>
<b>RESERVAS DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>170.000,00</b>	<b>233.600,00</b>	<b>365.316,00</b>	<b>365.316,00</b>	<b>441.991,00</b>	<b>477.350,00</b>
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII)=(XII+XV+XVI)</b>	<b>9.610.132,00</b>	<b>10.263.029,00</b>	<b>13.998.363,00</b>	<b>17.283.058,00</b>	<b>16.918.021,00</b>	<b>18.271.281,00</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)</b>	<b>1.170.019,00</b>	<b>1.858.469,00</b>	<b>1.543.281,00</b>	<b>2.011.005,00</b>	<b>1.926.333,00</b>	<b>2.011.767,00</b>

Nota: O Cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias Expedidas pela STN-Secretaria do Tesouro Nacional, relativas as normas da contabilidade pública.

OBS.: Fontes: Balanços Gerais exercícios 2008,2009, LOA 2010, 2011 E PPA.



**META FISCAL - RESULTADO NOMINAL**

ESPECIFICACAO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	726.432,46	5.956.360,57	5.673.848,91	4.992.986,00	4.493.687,00	4.134.192,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	58.487,68	1.309.143,43	1.358.924,26	1.195.853,00	1.076.267,00	990.166,00
Ativo Disponível	58.487,68	1.309.647,97	1.575.696,96	1.386.612,00	1.247.950,00	1.148.114,00
Haveres Financeiros						
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	504,54	216.772,70	190.759,00	171.683,00	157.948,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)</b>	667.944,78	4.647.217,14	4.314.924,65	3.797.133,00	3.417.420,00	3.144.026,00
<b>RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)</b>						
<b>PASSIVOS RECONHECIDOS (V)</b>						
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)</b>	667.944,78	4.647.217,14	4.314.924,65	3.797.133,00	3.417.420,00	3.144.026,00
	(b-a)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>-297.386,68</b>	<b>3.979.272,36</b>	<b>-332.292,49</b>	<b>-617.791,66</b>	<b>-379.713,00</b>	<b>0,00</b>

**META FISCAL - MONTANTE DA DÍVIDA**

ESPECIFICACAO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	726.432,46	5.956.360,57	5.673.848,91	4.992.986,00	4.493.687,00	4.134.192,00
Divida Mobiliaria						
Outras Dividas	726.432,46	5.956.360,57	5.673.848,91	4.992.986,00	4.493.687,00	4.134.192,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	58.487,68	1.309.143,43	1.358.924,26	1.195.853,00	1.076.267,00	990.166,00
Ativo Disponível	58.487,68	1.309.647,97	1.358.924,26	1.195.853,00	1.076.267,00	990.166,00
Haveres Financeiros						
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	504,54	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DCL (III)=(I-II)</b>	<b>667.944,78</b>	<b>4.647.217,14</b>	<b>4.314.924,65</b>	<b>3.797.133,00</b>	<b>3.417.420,00</b>	<b>3.144.026,00</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXABA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS ANUAIS**  
**2013**

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, § 1)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2013			2014			2015		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	17.870.673,00	16.859.125,47		17.406.200,00	15.418.726,19		18.729.842,00	15.506.119,71	
Receitas Primárias (I)	19.294.063,00	18.201.946,23		18.844.354,00	16.692.668,97		20.283.048,00	16.791.992,71	
Despesa Total	17.870.673,00	16.859.125,47		17.406.200,00	15.418.726,19		18.729.842,00	15.506.119,71	
Despesas Primárias (II)	17.283.058,00	16.304.771,70		16.918.021,00	14.986.288,42		18.271.281,00	15.126.484,81	
Resultado Primário (III) = (I - II)	2.011.005,00	1.897.174,53		1.926.333,00	1.706.380,55		2.011.767,00	1.665.507,91	
Resultado Nominal	-74.314,01	-70.107,56		-90.466,26	-80.136,65		0,00	0,00	
Divida Pública Consolidada	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
Divida Consolidada Líquida	751.195,02	708.674,55		660.728,76	585.285,46		0,00	0,00	

FONTE: Plano Plurianual

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXABA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**2013**

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2011 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2011 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	11.268.255,00		11.331.455,81		63.200,81	0,56
Receitas Não Financeira (I)	11.187.755,00		11.191.986,50		4.231,50	0,04
Despesa Total	11.268.255,00		10.914.005,12		-354.249,88	-3,14
Despesas Não Financeira (II)	11.167.561,00		10.599.138,71		-568.422,29	-5,09
Resultado Primário (III) = (I-II)	20.194,00		592.847,79		572.653,79	2.835,76
Resultado Nominal	0,00		248.396,94		0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00		0,00		0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00		916.341,72		916.341,72	0,00

FONTE: Balanço Anual 2010



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXABA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2013

AMF – Tabela 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2010	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Receita Total	10.012.560,00	10.587.429,00	5,74	14.349.298,00	35,53	17.870.673,00	24,54	17.406.200,00	-2,60	18.729.842,00	7,60
Receitas Primárias (I)	10.800.151,00	11.657.777,00	7,94	15.541.644,00	33,32	19.294.063,00	24,14	18.844.354,00	-2,33	20.283.048,00	7,63
Despesa Total	10.012.560,00	10.587.429,00	5,74	14.349.298,00	35,53	17.870.673,00	24,54	17.406.200,00	-2,60	18.729.842,00	7,60
Despesas Primárias (II)	9.610.137,00	10.263.029,00	6,79	13.998.363,00	36,40	17.283.058,00	23,46	16.918.021,00	-2,11	18.271.281,00	8,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.190.014,00	1.394.748,00	17,20	1.543.281,00	10,65	2.011.005,00	30,31	1.926.333,00	-4,21	2.011.767,00	4,44
Resultado Nominal	-297.386,58	248.396,94	-183,53	-90.832,69	-136,57	-74.314,01	-18,19	-90.466,26	21,74	0,00	-100,00
Divida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida	667.944,78	916.341,72	37,19	825.509,03	0,00	751.195,02	0,00	660.728,76	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2010	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Receita Total	9.445.811,32	9.988.140,57	5,74	13.537.073,58	35,53	16.859.125,47	24,54	15.418.726,19	-8,54	15.506.119,71	0,57
Receitas Primárias (I)	10.188.821,70	10.997.902,83	7,94	14.661.928,30	33,32	18.201.946,23	24,14	16.692.668,97	-8,29	16.791.992,71	0,60
Despesa Total	9.445.811,32	9.988.140,57	5,74	13.537.073,58	35,53	16.859.125,47	24,54	15.418.726,19	-8,54	15.506.119,71	0,57
Despesas Primárias (II)	9.066.166,98	9.682.102,83	6,79	13.206.002,83	36,40	16.304.771,70	23,46	14.986.288,42	-8,09	15.126.484,81	0,94
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.122.654,72	1.315.800,00	17,20	1.455.925,47	10,65	1.897.174,53	30,31	1.706.380,55	-10,06	1.665.507,91	-2,40
Resultado Nominal	-280.553,38	234.336,74	-183,53	-85.691,22	-136,57	-70.107,56	-18,19	-80.136,65	14,31	0,00	-100,00
Divida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida	630.136,58	864.473,32	0,00	778.782,10	0,00	708.674,55	0,00	585.285,46	0,00	0,00	0,00

Fonte: Plano Plurianual

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXABA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
2013

AMF - Tabela 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	%	2010	%	2009	%
Patrimônio/Capital	-2.041.988,88	100,00	1.716.078,14	100,00	1.716.078,14	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>-2.041.988,88</b>	<b>100,00</b>	<b>1.716.078,14</b>	<b>100,00</b>	<b>1.716.078,14</b>	<b>100,00</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	%	2010	%	2009	%
Patrimônio/Capital	360.098,75	100,00	133.813,60	100,00	133.813,60	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>360.098,75</b>	<b>100,00</b>	<b>133.813,60</b>	<b>100,00</b>	<b>133.813,60</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Balanços Anuais

PREFEITURA MUNICÍPL DE QUIXABA  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
 2013

AMF - Tabela 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2008 (a)	2007 (d)	2006
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			
<b>ALIENAÇÃO DE ATIVOS</b>			
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis			
<b>TOTAL</b>			
DESPESAS LIQUIDADAS	2008 (b)	(e)	2006
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS</b>			
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>			
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
<b>DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREV.</b>			
Regime Geral de Previdência Social			
Regimes Próprios dos Servidores Públicos			
<b>TOTAL</b>	0,00	0,00	0,00
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	(c) = (a-b)+(f)	(f)=(d-e)+(g)	(g)
			0,00

FONTE: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXERCÍCIOS 2006/2007/2008

NADA A REGISTRAR



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXABA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS**  
2013

AMF - Tabela 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea a)

RS 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2009	2010	2011
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>30.401,74</b>	<b>413.026,00</b>	<b>591.322,46</b>
Receita de Contribuições			
Pessoal Civil	2.348,69	214.293,45	264.595,62
Pessoal Militar			
Contribuição Patronal do Exercício			
Pessoal Civil	1.167,87	146.864,34	154.994,99
Pessoal Militar			
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores			
Pessoal Civil		40.817,12	115.801,88
Pessoal Militar			
Outras Contribuições Previdenciárias			
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS			
Receita Patrimonial	28.053,05	11.051,09	18.072,24
Outras Receitas Correntes			1.268,13
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			
Alienação de Bens			
Outras Receitas de Capital			
<b>REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT</b>			
<b>OUTROS APORTES AO RPPS</b>			<b>36.589,60</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)</b>	<b>30.401,74</b>	<b>413.026,00</b>	<b>591.322,46</b>
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2009	2010	2011
<b>ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>	<b>318.868,99</b>	<b>339.659,77</b>	<b>431.469,35</b>
Despesas Correntes	317.328,99	339.659,77	430.409,35
Despesas de Capital	1.540,00		1.060,00
<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária de aposentadorias entre o RPPS e o RGPS			
Compensação Previdenciária de Pensões entre o RPPS e o RGPS			
<b>RESERVA DO RPPS</b>			
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)</b>	<b>318.868,99</b>	<b>339.659,77</b>	<b>431.469,35</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) - (I - II)</b>	<b>-288.467,25</b>	<b>73.366,23</b>	<b>159.853,11</b>
<b>DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS</b>	<b>142.036,37</b>	<b>217.402,60</b>	<b>367.422,58</b>

FONTE: BALANÇO ANUAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXABA  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS  
 2012

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

EXERCÍCIO	(a) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	(b) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	(c) = (a-b) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	(d) = (d exercício anterior) + (c) SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

OBS: em anexo calculo atuarial.

Projeção no Cálculo Atuarial

R\$ 1,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXABA  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
 2013

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

RENÚNCIA DE RECEITA PREVISIVA				Tributo/Contribuição	SETORES/PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO
2011	2010	2009	2011		
<b>NADA A REGISTRAR</b>					
<b>TOTAL</b>					
<b>FONTE:</b>					

R\$ 1,00

COMPENSAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXABA  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
 2013

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

RS 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2013
Aumento Permanente da Receita	
(-) Aumento referente a transferências constitucionais	
(-) Aumento referente a transferências constitucionais	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	

Nada a Registrar

Nota: Não há previsão para aumento da receita, nem tampouco redução da despesa, tendo em vista as variações na arrecadação dos municípios.



Faint, illegible text in the upper left quadrant.

Handwritten text on a set of four horizontal lines. The text is written in a cursive script and appears to be a name or address, though it is difficult to decipher due to fading and bleed-through.

Faint handwritten marks or numbers in the lower right quadrant.